

Entre narrar e formar: o “Manguinhos On-line” como práxis de educomunicação no território de Manguinhos, Rio de Janeiro

Adriano Rodrigues¹

Resumo

Este texto analisa o “Manguinhos On-line” como uma experiência de educomunicação situada no território de Manguinhos, no Rio de Janeiro, de estado homônimo, compreendida não apenas como prática comunicacional, mas como práxis formativa e política. Partindo da posição de morador-pesquisador, o texto articula aportes da educação popular e da comunicação comunitária para sustentar que a produção de informação no território opera como espaço de formação crítica, construção coletiva de sentidos e fortalecimento do protagonismo local. Assim, dialogando com autores como Cicilia Peruzzo, Paulo Freire e Sueli Carneiro, o estudo evidencia que a comunicação, quando enraizada na experiência vivida, rompe com lógicas tuteladoras e contribui para a valorização dos saberes populares. Ao mesmo tempo, a iniciativa é situada em disputas mais amplas por visibilidade e reconhecimento em contextos marcados por desigualdades estruturais. Portanto, conclui-se que o “Manguinhos On-line” atua como dispositivo educomunicativo capaz de articular comunicação, território e transformação social.

Palavras-chave

Manguinhos On-line. Comunicação comunitária. Educação popular. Práxis. Protagonismo social.

¹ Doutorando em Comunicação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, Brasil. E-mail: rodrigues.adriano.rj@gmail.com.

Between narrating and educating: “Manguinhos On-line” as an educommunication praxis in the territory of Manguinhos, Rio de Janeiro, Brazil

Adriano Rodrigues¹

Abstract

This text analyzes “Manguinhos On-line” as an educommunication experience situated in the territory of Manguinhos, in the city of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil, understood not only as a communicative practice but also as an educational and political praxis. Drawing on the perspective of a resident-researcher, the study articulates contributions from popular education and community communication to argue that the production of information within the territory operates as a space for critical education, collective construction of meaning, and the strengthening of local protagonism. Thus, by engaging with scholars such as Cicilia Peruzzo, Paulo Freire, and Sueli Carneiro, the study demonstrates that communication, when rooted in lived experience, breaks with paternalistic logics and contributes to the appreciation of popular knowledge. At the same time, the initiative is situated within broader struggles for visibility and recognition in contexts marked by structural inequalities. Therefore, the study concludes that “Manguinhos On-line” functions as an educommunication initiative capable of articulating communication, territory, and social transformation.

Keywords

Manguinhos On-line. Community communication. Popular education. Praxis. Social protagonism.

¹ PhD candidate in Communication, Rio de Janeiro State University, State of Rio de Janeiro, Brazil; fellow of the Coordination for the Qualification of Higher Level Staff, Brazil. Email: rodrigues.adriano.rj@gmail.com.

Introdução

Escrever sobre o território de Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro e no próprio estado do Rio de Janeiro (RJ), não se configura, neste trabalho, como um exercício de distanciamento analítico ou observação de laboratório, mas como um exercício de pertencimento. Como morador do território e comunicador inserido em suas dinâmicas cotidianas, assumo a posição de morador-pesquisador, compreendendo essa condição como fundamento ético e metodológico deste relato de experiência. Parto do entendimento de que a neutralidade científica pode operar como mecanismo de silenciamento dos saberes populares, razão pela qual opto por uma abordagem implicada. O texto se ancora na vivência construída no “Manguinhos On-line”², iniciativa de comunicação comunitária que, ao longo de sua trajetória, vem se constituindo como espaço de formação, produção de saberes e prática de educação popular.

A partir dessa inserção, possibilita-se compreender o território em sua complexidade. O complexo de favelas que compõe Manguinhos, especificamente na zona norte do Rio de Janeiro/RJ, é atravessado por fronteiras simbólicas profundas. De um lado, o Castelo Mourisco da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) evoca a autoridade da ciência e da saúde pública. De outro lado, a negligência do Estado se materializa na precariedade habitacional e na letalidade das incursões policiais que interrompem a rotina escolar e o funcionamento dos postos de saúde. Para quem observa de fora, Manguinhos/RJ é frequentemente narrado pela gramática da carência ou da violência. Contudo, para quem habita esse solo, o território se apresenta também como espaço de invenção e resistência. Mobilizo aqui a compreensão do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2006), entendendo que o território é inseparável das práticas sociais que nele se realizam.

O “Manguinhos On-line” surge nesse contexto não apenas como uma mera página de rede social, mas como uma práxis de educomunicação. A tese central que defendo neste relato é que o binômio narrar e formar constitui o núcleo duro da nossa atuação. Narrar é um ato de soberania narrativa que desafia o epistemicídio descrito por Carneiro (2005), ao validar nossos saberes e experiências como conhecimentos legítimos. Formar, por sua vez, é o processo de letramento político que ocorre enquanto produzimos a comunicação. Não fazemos comunicação para a comunidade, fazemos comunicação com a comunidade e como comunidade.

² Para mais informações, verifique o perfil no Instagram (Manguinhos On-line, 2024), disponível em: <https://www.instagram.com/manguinhosonline/>. Acesso em: 2 abr. 2026.

Neste relato de experiência, analiso como o “Manguinhos On-line” opera essa dupla dimensão. O objetivo foi demonstrar que a comunicação comunitária, quando fundamentada na educomunicação, funciona como uma ferramenta de educação popular capaz de transformar a informação em consciência crítica. Baseio-me na proposta de sistematização de experiências de Holliday (2006), compreendida como um processo de interpretação crítica da prática que exige seu ordenamento, sua reconstrução e análise. Trata-se de um movimento que implica tomar distância da experiência vivida para compreender sua lógica, suas contradições e seus efeitos formativos.

Como morador-pesquisador, reconheço a urgência de enfrentar aquilo que Valla (1996) denomina como uma crise de interpretação, não das classes populares, mas dos próprios mediadores e da academia, que frequentemente falham em reconhecer a racionalidade inscrita nos saberes produzidos no cotidiano da favela. Muitas vezes, a academia tenta explicar a favela sem compreender a lógica de produção de sentido de quem nela vive. O que apresento a seguir é a síntese de um fazer simultaneamente pedagógico e político, no qual cada palavra escrita e cada imagem compartilhada se articulam como partes de um processo mais amplo de construção de sentidos no território.

A sistematização da experiência como práxis

Metodologicamente, este relato não se caracteriza como uma observação neutra, mas como uma sistematização de experiências fundamentada na perspectiva de Holliday (2006). Para o autor, sistematizar transcende o ato de ordenar fatos cronologicamente; trata-se de uma interpretação crítica da experiência que busca apreender sua lógica interna, suas contradições e os sentidos produzidos ao longo do processo, possibilitando a produção de conhecimento a partir da prática. Como morador-pesquisador e comunicador do “Manguinhos On-line”, mobilizo esse referencial para tomar certa distância da experiência vivida e analisá-la como objeto de reflexão. Trata-se de um esforço de suspender, ainda que provisoriamente, a urgência das postagens e da cobertura das crises cotidianas, a fim de interrogar em que medida nossa prática comunica, educa e incide sobre os processos de formação e transformação no território.

Essa escolha metodológica rompe com a pretensão de neutralidade e assume a implicação do pesquisador no processo de conhecimento. Aproximo-me da noção de intelectual orgânico em Gramsci (1982), compreendendo que a análise se constrói a partir da inserção concreta nas relações sociais e na vida do território. Em diálogo com Carneiro (2005), essa posição também enfrenta o epistemicídio ao afirmar que os saberes produzidos nas periferias

possuem densidade crítica e valor teórico, não sendo inferiores, mas sistematicamente deslegitimados. Trata-se, portanto, de articular engajamento político e rigor analítico na interpretação da própria experiência social.

A escrita deste relato parte do reconhecimento de que a produção de conhecimento não ocorre em um plano neutro, mas na articulação entre experiência, reflexão e compromisso com o território. Escrever sobre o “Manguinhos On-line” implica assumir que o rigor das citações convive com a vivência concreta de quem acompanha o cotidiano das ruas, das crises e das formas de organização local. Nesse sentido, a subjetividade não se configura como um desvio, mas como um recurso analítico que permite acessar dimensões políticas e simbólicas que escapam às abordagens estritamente distanciadas.

A sistematização segue as orientações de Holliday (2006), partindo da experiência do projeto, da formulação de questões sobre o narrar e o formar, da reconstrução do processo vivido e da reflexão crítica em diálogo com a teoria. O *corpus* reúne as produções digitais do “Manguinhos On-line” e as memórias das formações no território. Compreende-se que o conhecimento se produz na relação com a experiência concreta dos sujeitos, reafirmando seu caráter coletivo e situado, no qual o território pensa, a prática teoriza e a comunicação educa, produzindo sentidos e incidindo sobre a realidade social.

Educomunicação, educação popular e comunicação comunitária

A fundamentação teórica que sustenta o “Manguinhos On-line” não se organiza como uma lista de referências, mas como uma encruzilhada entre comunicação, educação e política, articulada à urgência da vida no território. Como morador-pesquisador, compreendo essas teorias como instrumentos de ação. Nesse sentido, parte-se da concepção freireana de práxis como unidade entre reflexão e ação, evitando tanto o verbalismo quanto o ativismo (Freire, 1987), o que implica compreender a comunicação como prática constitutiva desse movimento.

O ponto de partida é, portanto, a matriz da educação popular. No cotidiano do “Manguinhos On-line”, a comunicação é orientada pela crítica freireana à extensão, entendida como prática de transmissão e invasão cultural (Freire, 2013). Em contraposição, assume-se a comunicação como relação dialógica entre sujeitos, na qual o conhecimento se constrói na interação com a realidade vivida. Assim, não se trata de comunicar para a comunidade, mas com ela, reconhecendo que os moradores produzem leituras próprias do mundo. Como afirma Freire (2013, p. 18),

conhecer, na dimensão humana [...] não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer [...].

Essa matriz freireana se desdobra na educomunicação, sistematizada por Soares (2011) como prática voltada à construção de ambientes comunicativos participativos e dialógicos. Em Manguinhos/RJ, isso se expressa na formação de um ecossistema comunicativo no qual educar e comunicar se entrelaçam, ampliando as possibilidades de expressão e afirmando a comunidade como produtora de cultura e política, ao transformar o uso das redes em prática de cidadania.

Para adensar a relação entre educação e comunicação, recorro a Kaplún (1998), que propõe a comunicação problematizadora como prática coerente com uma educação dialógica: o modo de comunicar revela o projeto educativo em jogo. No “Manguinhos On-line”, a produção de conteúdos não se limita à transmissão de informação, mas busca problematizar a realidade com o território, convertendo o destinatário em sujeito ativo que interpreta, reage e ressignifica a mensagem a partir de sua experiência, em um processo orientado à libertação.

Nesse cenário, a virada epistemológica proposta por Martín-Barbero (1997) torna-se central. Ao deslocar o olhar dos meios para as mediações, o autor destaca os lugares sociais e culturais a partir dos quais o sentido é produzido. Para o “Manguinhos On-line”, a mediação fundamental é o próprio território. A notícia não chega ao morador apenas pela tela, ela é atravessada pela vizinhança, pelas conversas no bar, pela experiência do tiroteio ou pela espera na fila do posto de saúde. Compreender a comunicação a partir das mediações implica reconhecer que o povo não é uma massa passiva, mas um sujeito que interpreta, negocia e ressignifica as mensagens a partir de sua realidade material e cultural.

A articulação desses autores permite avançar para a discussão acerca de justiça cognitiva e combate ao epistemicídio. O diálogo com Carneiro (2005) é central, uma vez que evidencia os mecanismos históricos de deslegitimação dos sujeitos negros como produtores de conhecimento. Ao analisar o dispositivo de racialidade, a autora demonstra como a população negra é afastada da condição de sujeito epistêmico, tendo seus saberes sistematicamente desautorizados.

Nessa perspectiva, o epistemicídio não se restringe à exclusão do acesso à educação formal, mas opera pela negação da legitimidade dos conhecimentos produzidos nos territórios populares. Trata-se de reconhecer a existência de uma racionalidade própria das classes

populares, frequentemente invisibilizada pelos instrumentos tradicionais da academia. Experiências como o “Manguinhos On-line” tensionam essa lacuna ao criar condições para que a inteligência do território se torne visível e socialmente reconhecida.

No plano das práticas comunicativas, essa afirmação epistêmica se desdobra em formas coletivas de enunciação. As contribuições de Peruzzo (1998) e Paiva (1998) permitem compreender a comunicação comunitária tanto como prática de cidadania quanto como produção de vínculos. Peruzzo (1998, p. 126) define esse campo como “um espaço de comunicação democrática, vinculado aos interesses dos segmentos subalternos da população [...] por transmitir informações a partir das bases”, evidenciando seu caráter participativo e enraizado na experiência social.

Em diálogo, Paiva (1998, p. 20) afirma que “a comunicação [...] transforma-se numa força, cujos limites estão estabelecidos a partir do colocar em comum”, indicando que comunicar é, fundamentalmente, produzir sentidos compartilhados e constituir o comum. Trata-se, assim, de práticas que não apenas informam, mas organizam vínculos e tornam enunciáveis as experiências coletivas, configurando-se como esforços de reconstrução do comum em contextos marcados por violência e desigualdade.

Nesse contexto, a comunicação não se reduz a um instrumento de mediação, mas se afirma como campo de disputa, no qual delimita quem pode narrar, como narrar e a partir de quais referências. Nesse plano, voltado à produção de sentidos, se inscrevem as tensões mais profundas que atravessam o território.

Disputa de sentidos e estética da resistência

Narrar, nesse contexto, é disputar sentidos sobre o vivido. No cotidiano das favelas, e de Manguinhos/RJ em particular, essa disputa define quais experiências ganham visibilidade e sob quais enquadramentos. Mais do que um exercício descritivo, a narrativa constitui uma prática de poder, atravessada por relações de silenciamento e estigmatização. Nesse terreno, emergem formas de narrar que tensionam esses regimes de representação, afirmando outras leituras do território e configurando uma estética da resistência vinculada à educação popular.

A prática de narrar no “Manguinhos On-line” parte da premissa freireana da pronúncia do mundo (Freire, 1987). Para o autor, a palavra não se reduz a um conjunto de signos, mas constitui práxis, isto é, reflexão e ação orientadas à transformação da realidade. Ao assumir, como comunicador comunitário, a gestão das redes para relatar o cotidiano do território, opera-se um deslocamento epistemológico: deixa-se de ocupar o lugar de objeto da notícia,

frequentemente associado à violência ou à carência, para afirmar-se como sujeito do discurso. Esse movimento fundamenta uma pedagogia da libertação no campo da comunicação, na qual narrar implica disputar critérios de relevância, urgência e valor a partir da própria experiência do território.

Para aprofundar essa análise, mobilizo Rancière (2005) e seu conceito de “partilha do sensível”. O autor compreende a política como uma reconfiguração do sensível, isto é, como a disputa sobre o que pode ser visto, dito e reconhecido em uma determinada ordem social. Nesse quadro, a “polícia” corresponde à organização que distribui lugares e define quem pode aparecer como sujeito de fala e quem permanece na invisibilidade.

A prática de narrar do “Manguinhos On-line” tensiona essa distribuição desigual ao tornar visíveis experiências, saberes e formas de vida que a cidade oficial tende a silenciar. Ao deslocar o foco da morte para a vida cotidiana, o projeto produz uma intervenção simbólica que insere sujeitos historicamente marginalizados no campo da enunciação, convertendo o silenciamento em presença pública.

Essa dinâmica se articula às contribuições de Peruzzo (1998), que compreende a comunicação comunitária como prática participativa orientada à construção da cidadania e ao fortalecimento de sujeitos coletivos. Em diálogo com Hall (2016), entende-se que a representação é constitutiva da produção de sentidos sobre o real, de modo que narrar se configura como um ato político de disputa simbólica e de reconfiguração das formas de reconhecimento.

Nesse processo, o combate ao epistemicídio de Carneiro (2005) é constante: ela nos ensina que a negação da capacidade intelectual dos sujeitos negros e periféricos é uma estratégia de dominação. Quando narramos a partir de dentro, validamos um saber que a academia e a grande mídia costumam descartar. A nossa estética da resistência não é apenas visual; ela é epistemológica. Escolher falar sobre a horta comunitária ou sobre o coletivo “Mães de Manguinhos”, por exemplo, é uma decisão política de afirmar que produzimos conhecimento e vida. Trata-se, nesse horizonte, de retirar o território da condição de não-ser para o ser pleno de direitos e saberes.

Na prática cotidiana, essa estética materializa-se em uma curadoria sensível que utiliza as redes sociais como espaços de negociação cultural. A comunicação em Manguinhos/RJ opera como um vínculo que religa o que a segregação urbana tenta separar, produzindo formas de reconhecimento e pertencimento no interior do território. O digital, nesse contexto, funciona como extensão da praça pública, enquanto a postagem se configura como enunciação de sujeitos que recusam ser definidos por narrativas externas. A narrativa articula o dado objetivo — como

a ausência de saneamento — à dimensão subjetiva da experiência do morador — como a indignação e o afeto.

Um aspecto crítico dessa experiência é a cobertura de crises, especialmente durante operações policiais. Nesses momentos, a narrativa do “Manguinhos On-line” assume um papel de defesa da vida e de documentação histórica. Enquanto a grande mídia enfatiza frequentemente a lógica da operação ou a contagem de confrontos, voltamo-nos aos impactos da violência sobre a vida cotidiana. Nós temos a escola que fecha, o posto de saúde que interrompe o atendimento, a criança que se esconde sob a cama *etc.* Trata-se de uma narrativa que humaniza a tragédia e explicita a estrutura da necropolítica, conforme discutida por Mbembe (2018), na qual o poder se exerce pela gestão diferencial da vida e da morte. Em outras palavras, narrar a violência estatal a partir do território é produzir prova e memória, impedindo que a versão oficial se imponha como única verdade histórica. É, assim, um exercício de justiça cognitiva que afirma o saber da experiência frente ao apagamento sistemático.

Entretanto, a nossa estética da resistência recusa-se a ser refém exclusiva da pauta da dor. A iniciativa afirma essa posição ao narrar a festa, a cultura do *hip-hop* e as vitórias cotidianas dos jovens do território. Em diálogo com Paiva (1998), compreende-se que a comunicação comunitária deve fortalecer os laços de pertencimento e o espírito do comum. Ao dar visibilidade à beleza de Manguinhos/RJ, desestabilizamos o olhar piedoso do asfalto e afirmamos uma dignidade que não se subordina à lógica da carência. Essa celebração também é pedagógica, por evidenciar a favela como centro produtor de cultura e não apenas como território dependente.

Do ponto de vista da educomunicação, Soares (2011) destaca que a alfabetização midiática crítica integra a formação do sujeito. Nesse contexto, narrar exige o domínio técnico das ferramentas digitais orientado por finalidades sociais. A estética não se apresenta como fim em si, mas como meio para tensionar os algoritmos e atravessar bolhas informacionais. Trata-se de um laboratório de democracia digital, no qual se aprende que a linguagem técnica também é ferramenta política. A escolha de imagens que valorizam o rosto do morador, em vez de reiterar a precariedade do espaço, expressa um posicionamento ético e estético comprometido com o território.

Essa prática evidencia que os problemas vividos nas classes populares possuem racionalidades próprias, frequentemente desconsideradas pelos olhares externos. Narrar, nesse sentido, constitui um primeiro movimento de transformação. Ao se apropriar da própria imagem e da própria palavra, rompe-se com processos de exclusão simbólica. A experiência demonstra que a comunicação comunitária, articulada à educação popular, pode converter

informação em consciência crítica. A mediação digital, longe de esvaziar o território, contribui para reposicioná-lo como espaço produtor de sentidos, no qual a estética da resistência opera como prática de reconfiguração da cidadania.

Pedagogia do território e letramento político

Se a prática de narrar no “Manguinhos On-line” é o que nos confere visibilidade e contorno simbólico no mapa da cidade, a prática de formar é o que sustenta a nossa dimensão pedagógica e garante a continuidade da nossa incidência política. Como morador-pesquisador que vivencia as tensões do território, entendo que formar não se reduz à transferência de competências técnicas ou ao adestramento funcional no manejo de ferramentas digitais. Trata-se, fundamentalmente, de um processo de constituição de sujeitos críticos, capazes de realizar a leitura da palavra a partir de uma compreensão crítica do mundo, conforme propõe Freire (1989). No cotidiano, a formação não ocorre em um vácuo institucional ou em espaços isolados, mas emerge na efervescência da vida social, na gestão coletiva da informação e na construção de um saber simultaneamente técnico, ético e territorializado.

A primeira camada dessa prática formativa reside na superação da dicotomia entre educação e comunicação. Como afirma Kaplún (1998, p. 49, tradução própria), “já não se trata, pois, de uma educação para informar [...] mas sim que busca formar as pessoas e levá-las a transformar sua realidade”. Nesse horizonte, comunicar implica necessariamente formar, por envolver a circulação de sentidos, valores e interpretações do mundo. O aprendizado, portanto, se constitui na práxis, já que o comunicador se forma no exercício da escolha da pauta, na responsabilidade ética da escuta e no desafio de traduzir a complexidade do território para a linguagem das redes. Trata-se de um “aprender fazendo” que tensiona a lógica da educação bancária e transforma a prática comunicacional em espaço de investigação e produção de conhecimento situado.

Essa formação enraizada na realidade local dialoga com as técnicas de vida de Freinet (1976), que deslocam a aprendizagem para a expressão dos próprios sujeitos. Ao introduzir a imprensa na escola, o autor vincula comunicação, experiência e formação, demonstrando que educar é produzir sentido a partir da vida concreta. Em chave atual, isso se atualiza como uma imprensa comunitária digital. Ao produzir conteúdos, o comunicador organiza o pensamento e afirma sua cultura. Trata-se do tateamento experimental, no qual o aprendizado emerge da necessidade real de comunicar, mantendo a técnica como mediação de uma prática formativa situada.

O enfrentamento do epistemicídio estrutura essa formação ao reconhecer que o território é atravessado por desigualdades raciais que deslegitimam saberes e silenciam sujeitos negros e periféricos. A formação comunicacional, nesse sentido, opera como resistência epistêmica ao afirmar o cotidiano como espaço legítimo de produção de conhecimento e ao deslocar o sujeito de objeto a produtor de saber, em um processo de letramento político situado. Nesse horizonte, a educomunicação se apresenta como estratégia concreta, entendida, conforme Soares (2011), como gestão democrática do ecossistema comunicativo. Trata-se de um letramento que ultrapassa o domínio técnico, promovendo uma leitura crítica da mídia hegemônica, desvelando o racismo institucional nas narrativas e fortalecendo a soberania narrativa, ao mesmo tempo em que compreende algoritmos e a economia da atenção como dimensões da ocupação política no ambiente digital.

Essa perspectiva de restauração do saber se articula ao pensamento de Peruzzo (1998), que compreende a comunicação comunitária como exercício de cidadania. Para a autora, a comunicação nos movimentos sociais não se reduz à difusão, mas constitui um processo de organização popular, no qual produção comunicacional, participação e construção de sentidos se entrelaçam. Nesse contexto, a formação se realiza ao envolver moradores e comunicadores na gestão direta da informação, consolidando uma aprendizagem baseada na participação. Esse movimento possibilita a passagem do lugar de espectador das políticas públicas para o de sujeito que intervém e pauta a cidade. Trata-se, assim, de uma prática educativa orientada para a consciência do lugar e para o cuidado com o comum.

Adensando essa dimensão coletiva, Paiva (1998) argumenta que a comunicação comunitária deve ser o lugar da constituição da comunidade enquanto laço ético e afetivo — uma significação mobilizadora de transformação social. Em um território fragmentado pelo trauma da violência estatal, a prática de formar no “Manguinhos On-line” trabalha para reconstruir o sentido de coletividade. A formação ocorre quando nos reunimos para decidir como narrar uma dor ou celebrar uma conquista, exercitando uma ética da alteridade. Formar é educar para o pertencimento, garantindo que o digital não seja um espaço de isolamento, mas de comunhão. Nessa direção, como afirma Brandão (2007, p. 10), “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”.

A partir dessa compreensão da educação como prática situada e coletiva, a dimensão formativa do projeto se afirma como um processo crítico e implicado com a realidade do território. A formação não se limita à transmissão de conteúdos, mas se estrutura como prática de liberdade, ancorada nas experiências concretas de raça, classe e gênero que atravessam o

cotidiano de Manguinhos/RJ. No “Manguinhos On-line”, esse caráter engajado se materializa na escolha deliberada de tensionar temas como o racismo institucional e o machismo cotidiano, não como exceção, mas como eixo permanente de informação, denúncia e formação.

No cotidiano do “Manguinhos On-line”, essas práticas se materializam em escolhas concretas de pauta, linguagem e escuta. As publicações nascem das urgências vividas no território, das conversas com moradores, das demandas que circulam nas redes e da observação dos problemas que atravessam a vida local. Assim, temas como operações policiais, interrupção de aulas e serviços de saúde, maternidade, cultura, juventude, direitos humanos, memória comunitária e iniciativas locais são trabalhados não apenas como informação, mas como oportunidades de formação política e fortalecimento da soberania narrativa do território.

Nesse contexto, se inscrevem algumas práticas desenvolvidas pelo “Manguinhos On-line”, que materializam, no cotidiano do território, os princípios da educomunicação enquanto práxis. Entre elas, o quadro “As donas” centra a escuta nas mães do território, frequentemente ausentes das narrativas hegemônicas sobre a favela. Por meio de entrevistas em linguagem acessível, o quadro abre espaço para que essas mulheres relatem suas trajetórias, abordando temas como maternidade, violência, cuidado e trabalho. Nesse caso, a prática educucomunicativa aparece na escuta de mulheres e mães que sustentam redes de cuidado, memória e resistência no território, mas são raramente reconhecidas como produtoras de conhecimento sobre a própria favela.

Mais do que registrar relatos, trata-se de um dispositivo que desloca o lugar de fala, permitindo que as próprias moradoras interpretem suas experiências. Nesse sentido, o quadro se configura como prática educucomunicativa ao articular memória e reflexão, contribuindo para a valorização dos saberes femininos e para a construção de narrativas produzidas desde o território.

Figura 1 - Entrevista do quadro “As donas”



Fonte: Manguinhos On-line (2024).

Por outro lado, o quadro “Educomunicação” atua como um espaço de formação política e midiática, com publicações semanais que abordam o fazer comunicacional no cotidiano da favela. As postagens articulam conceitos da comunicação comunitária a situações concretas, discutindo temas como violência, direitos humanos e estigmatização territorial. Nesse exemplo, a formação ocorre pela tradução de debates da comunicação comunitária para uma linguagem acessível, aproximando os moradores de temas que atravessam diretamente sua experiência cotidiana com a mídia, a informação e a representação da favela.

Ao traduzir debates complexos em linguagem acessível, o quadro promove letramento crítico em comunicação, estimulando moradores a compreender e produzir conteúdos de forma mais consciente. Trata-se, assim, de uma estratégia formativa contínua que tensiona o consumo passivo de informação e fortalece a autonomia dos sujeitos na disputa por sentidos e visibilidade.

Figura 2 - Publicação do quadro “Educomunicação”



Fonte: Manguinhos On-line (2024).

Esses processos educomunicativos criam um espaço seguro para que o epistemicídio seja combatido na prática, garantindo que os sujeitos do território tenham condições de traduzir o saber do beco em poder político na rede. Como um dos comunicadores da iniciativa, entendo que essa formação me atravessa pessoalmente, pois me obriga a confrontar as minhas próprias mediações e a reafirmar o meu compromisso com o território.

Ademais, o letramento político que promovemos passa também pela compreensão dos problemas populares. Formar, nesse sentido, implica reconhecer a racionalidade do outro e legitimar os saberes que emergem do território. No “Manguinhos On-line”, formamos comunicadores que aprendem a escutar antes de falar, compreendendo que a comunicação não pode ser um exercício individual, mas sim um processo coletivo. Essa pedagogia da escuta sustenta uma prática comprometida com a comunidade, na qual a palavra não é propriedade de quem escreve, mas síntese de experiências compartilhadas.

Essa dimensão formativa garante a continuidade do projeto para além das mudanças tecnológicas. Mais do que ocupar plataformas, o “Manguinhos On-line” investe na formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente a realidade e intervir sobre ela. Ao fazê-lo, contribui para a construção de uma prática comunicacional enraizada no território, orientada

pelo reconhecimento dos saberes locais e pela responsabilidade política de narrar a própria história. Assim, formar não é uma etapa do processo, mas o seu fundamento; é o que sustenta a permanência do projeto, amplia seus efeitos no território e consolida a comunicação como um instrumento de produção de sentido, pertencimento e ação coletiva.

Considerações finais

Ao concluir este percurso, percebo que minha trajetória como morador-pesquisador se entrelaça com a própria história do “Manguinhos On-line”. Sistematizar essa experiência não foi apenas um exercício acadêmico, mas um movimento de reflexão implicado sobre a nossa identidade coletiva. Ao longo deste relato, busquei demonstrar que o binômio narrar e formar não constitui uma escolha contingente, mas a espinha dorsal de uma práxis que articula comunicação comunitária e educação popular no território. Mais do que informar ou produzir conteúdos, o projeto atua na reconstrução da dignidade e na afirmação da soberania de um povo que se recusa a ser definido exclusivamente pelas lentes da carência ou da violência estatal.

A primeira contribuição dessa sistematização reside na compreensão de que a comunicação, quando orientada por princípios educomunicativos, torna-se uma ferramenta central no enfrentamento do epistemicídio. Ao articular as práticas do projeto com esse debate, evidencia-se que a produção de narrativas próprias não é apenas expressão, mas um gesto de reconstituição da condição de sujeito. Trata-se de tensionar a hierarquia tradicional dos saberes, afirmando a legitimidade da experiência vivida e convertendo o cotidiano do território em conhecimento situado, dotado de densidade política. Nesse processo, o “Manguinhos On-line” revela o território não como espaço de carência, mas como lugar ativo de produção de sentidos, saberes e interpretações sobre a cidade e sobre a vida.

Nesse sentido, a prática de narrar se configura como tática de resistência ao tensionar a partilha do sensível, nos termos de Rancière (2005), deslocando regimes de visibilidade que historicamente relegam sujeitos à invisibilidade. Ao afirmar o cotidiano a partir da potência, narrar torna-se uma intervenção política nas formas de ver e reconhecer. Paralelamente, a prática de formar sustenta a continuidade do projeto, constituindo-se como processo orientado à autonomia, em diálogo com Freire (1996). Trata-se de um letramento político que capacita os sujeitos a ler criticamente as mediações midiáticas e algorítmicas, ampliando sua capacidade de intervenção e disputa de sentidos no território.

Desse modo, a experiência deste morador-pesquisador reafirma a importância da constituição do comum, como propõe Paiva (1998). Em um cenário atravessado por

fragmentações e violências, a comunicação comunitária opera como vínculo ético e afetivo que religa a vizinhança e sustenta formas coletivas de existência. Nessa direção, Peruzzo (1998) permite compreender essa prática como exercício de cidadania ativa, durante o qual o morador deixa de ocupar a posição de espectador para se afirmar como sujeito das decisões que incidem sobre sua vida. Ainda assim, os desafios persistem. Nós atuamos em contextos marcados pela necropolítica e pela opacidade das grandes plataformas digitais, exigindo vigilância constante e reinvenção das estratégias de visibilidade.

Desse percurso, depreende-se que o “Manguinhos On-line” anuncia possibilidades concretas para a educação popular no século 21. A ocupação das redes digitais revela-se tão estratégica quanto a ocupação das ruas, consolidando a comunicação como campo de disputa política. A experiência indica que a soberania narrativa constitui base para processos mais amplos de emancipação, ao transformar indignação em ação e experiência em conhecimento compartilhado. Narrar o território desde dentro permanece, assim, como compromisso ético com a vida, com a memória e com a construção de futuros possíveis.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Brasil – Código de Financiamento 001.

Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/CARNEIRO-Sueli.-A-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser-Tese-2005.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna**. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.
- MANGUINHOS ON-LINE. **Jornalismo popular de Manguinhos**. Rio de Janeiro, jul. 2024. Instagram: @manguinhosonline. Disponível em: <https://www.instagram.com/manguinhosonline/>. Acesso em: 22 jul. 2026.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- PAIVA, R. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO Experimental Org., 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SOARES, I. O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, [Porto Alegre], v. 21, n. 2, p. 177-190, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71626>. Acesso em: 25 fev. 2026.

Submetido em 2 de abril de 2026.
Aprovado em 25 de maio de 2026.